

Gaúchos empenharam R\$ 1,71 bi em emendas Pix

Apenas dois congressistas da bancada do Rio Grande do Sul não se utilizaram do instrumento entre 2023 e 2026

/ CONTAS PÚBLICAS

Bolívar Cavalar
bolivarc@jcrs.com.br

Entre 2023 e 2026, os senadores e deputados federais do Rio Grande do Sul empenharam R\$ 1,71 bilhão em Emendas Individuais - Transferências Especiais, mais conhecidas como emendas Pix, e R\$ 1,61 bilhão já foi liberado para os entes beneficiados.

Os recursos foram destinados para 5.765 planos de ação, conforme dados do Portal da Transparência e do portal Especiais - Painéis Parceriasgov apurados pela reportagem do **Jornal do Comércio** em 27 de julho de 2026.

Apenas dois parlamentares não utilizaram do instrumento na atual legislatura: a deputada Fernanda Melchionna (PSOL) e o senador Paulo Paim (PT).

Já no topo da lista dos que mais empenharam recursos via emendas Pix, estão os outros dois senadores: Luis Carlos Heinze (PP) - R\$ 125,7 milhões em quatro anos - e Hamilton Mourão (Republicanos) - R\$ 71,91 milhões. Os valores aportados por integrantes da câmara alta são superiores aos dos deputados em razão de estes parlamentares terem acesso a maior volume dos recursos.

Quanto aos deputados, sete entre os 31 gaúchos da Câmara empenharam valores que, somados, excedem R\$ 1,36 bilhão durante a atual legislatura; são eles: Osmar Terra (PL) - R\$ 64,12 milhões -, Bibó Nunes (PL) - R\$ 64 milhões -, Lucas Redecker (PSD) - R\$ 62,37 milhões -, Giovani Cherini (PL) - R\$ 62,28 milhões -, Marcelo Moraes (PL) - R\$ 62,02



LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Já em vigor, legislação eleitoral veda repasses 3 meses antes do pleito

milhões -, Danrlei de Deus (PSD) - R\$ 61,02 milhões -, e Pompeo de Mattos (PDT) - R\$ 61,01 milhões.

Os valores empenhados devem ter apenas pequenas modificações até, pelo menos, o fim das eleições, devido à atualização da contagem, tendo em vista que a legislação eleitoral veda transferências e emendas parlamentares no período de 3 meses antes do pleito. Ou seja, a limitação de repasses iniciou em 4 de julho.

Outras informações sobre as emendas Pix dos parlamentares gaúchos dizem respeito às finalidades e aos objetos de execução mais recorrentes nos planos de trabalho.

No âmbito das finalidades, lidera urbanismo com 1.804 planos de ação, seguido por agricultura - 1.267 -, desporto e lazer - 538 -, saúde - 470 -, segurança pública - 325 -, educação - 324 - e assistência social - 302.

Já nos objetos de execução, ou seja, as categorias do que deverá ser comprado com o recurso enviado pelo parlamentar, chama atenção que o primeiro

da lista é Objeto Único Não Padronizado - Demais, presente em 398 planos.

As emendas Pix são alvo de investigações de instituições como Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU). Os órgãos fiscalizadores estão observando falta de transparência nestas transferências, o que motivou aberturas de inquéritos e auditorias sobre o tema. Mas o debate sobre este instrumento vai além da transparência, conforme observa a doutora em Ciência Política Silvana Krause.

Na avaliação da cientista política, as emendas Pix conferiram ao Congresso um poder sobre o orçamento que põe em xeque, inclusive, o sistema brasileiro do chamado presidencialismo de coalizão, que consiste em o Executivo eleito, no caso de não ter apoio da maioria do Congresso, alocar partidos teoricamente de oposição em ministérios para potencializar as capacidades de articulação do governo com o Legislativo para

aprovação de projetos.

“As minhas observações e as minhas intuições do que eu tenho visto nos últimos anos é que nós não estamos tendo um sistema de governo. Nem pre-

sidencialista, nem presidencialismo de coalizão, nem parlamentarismo - apesar de que a Constituição define sistema de governo presidencialista”, pontuou Silvana.

Valores empenhados por congressistas gaúchos em emendas Pix na atual legislatura

2023-2026

Senador (ordem decrescente)

- Luis Carlos Heinze (PP)
R\$ 125,7 milhões
- Hamilton Mourão (Rep)
R\$ 71,91 milhões
- Paulo Paim (PT)
R\$ 0

Deputado federal (ordem decrescente)

- Osmar Terra (PL)
R\$ 64,12 milhões
- Bibó Nunes (PL)
R\$ 64 milhões
- Lucas Redecker (PSD)
R\$ 62,37 milhões
- Giovani Cherini (PL)
R\$ 62,28 milhões
- Marcelo Moraes (PL)
R\$ 62,02 milhões
- Danrlei de Deus (PSD)
R\$ 61,02 milhões
- Pompeo de Mattos (PDT)
R\$ 61,01 milhões
- Daniel Trzeciak (PSDB)
R\$ 59,17 milhões
- Pedro Westphalen (PP)
R\$ 59,09 milhões
- Afonso Hamm (PP)
R\$ 58,76 milhões
- Alceu Moreira (MDB)
R\$ 58,34 milhões
- Marcon (PT)
R\$ 56,23 milhões
- Covatti Filho (PP)
R\$ 55,04 milhões
- Sanderson (PL)
R\$ 54,44 milhões
- Carlos Gomes (Rep)
R\$ 52,30 milhões
- Afonso Motta (PDT)
R\$ 47,74 milhões
- Márcio Biolchi (MDB)
R\$ 47,07 milhões
- Luiz Carlos Busato (União)
R\$ 46,78 milhões
- Any Ortiz (PP)
R\$ 46,53 milhões
- Franciane Bayer (Rep)
R\$ 45,89 milhões
- Maurício Marcon (PL)
R\$ 45,23 milhões
- Heitor Schuch (PSD)
R\$ 39,39 milhões
- Bohn Gass (PT)
R\$ 34,77 milhões
- Lindenmeyer (PT)
R\$ 25,25 milhões
- Paulo Pimenta (PT)
R\$ 22,18 milhões
- Luciano Zucco (PL)
R\$ 21,71 milhões
- Van Hattem (Novo)
R\$ 18,67 milhões
- Maria do Rosário (PT)
R\$ 14,72 milhões
- Denise Pêssoa (PT)
R\$ 14,52 milhões
- Daiana Santos (PCdoB)
R\$ 5,5 milhões
- Melchionna (PSOL)
R\$ 0

FONTES: PORTALDATRANSPARENCIA.GOV.BR; DD-PUBLICO.SERPRO.GOV.BR/EXTENSIONS/PAINEL/ESPECIALINICIO

Destinação de recursos expõe crise do presidencialismo de coalizão, critica cientista política

A doutora em Ciência Política Silvana Krause avalia que as emendas Pix, desde que foram implementadas por meio de emenda constitucional de 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), fizeram uma “metamorfose” no sistema político brasileiro. Ao analisar os dados organizados pela reportagem, um dos pontos que chamou atenção da cientista política é que parlamentares de oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) utilizaram de muito mais

recursos das transferências especiais do que os congressistas da situação.

“O PL é a maior bancada, tem sete deputados, e eles têm a concentração das emendas Pix sendo da oposição (ao governo Lula). Isso já é um sintoma do quanto o Executivo tem perdido espaço, com estes orçamentos, para negociação”, observou Silvana.

O PL e o PT são as duas maiores bancadas entre os gaúchos da Câmara, com sete e seis deputa-

dos, respectivamente. Entre 2023 e 2026, os parlamentares com mandato vigente do Partido Liberal empenharam R\$ 373,8 bilhões em emendas Pix - média de R\$ 53,4 bilhões por deputado -, enquanto os petistas aportaram R\$ 167,67 bilhões - média de R\$ 27,94 bilhões por parlamentar. Estes dados embasam as avaliações de Silvana Krause de que o presidencialismo de coalizão vive uma crise, e está dando espaço ao que a doutora chama de “gabinetarismo Pix”.

“Existe um processo de intensificação da individualização, e essas emendas mostram muito isso: essa individualização do gabinete. Eu criei um nome chamado ‘gabinetarismo Pix’”, afirmou a cientista política.

Uma das consequências apontadas a partir desta individualização do controle sobre o orçamento público é a de ausência de possibilidades de tanto o Legislativo quanto o Executivo desenvolverem projetos de longo prazo. No “gabinetarismo”, cada

parlamentar pode usar dos recursos das emendas como bem entender, e a tendência é que seja para agradar a sua base eleitoral.

“Esse ‘gabinetarismo Pix’ reforça uma tradição política brasileira de ausência de projeto público. O fortalecimento dos gabinetes tira a necessidade de profundas negociações sobre políticas públicas entre os deputados ou o Executivo”, disse Silvana. Ela ainda completou: “Não tem uma visão sistêmica de políticas públicas, de projeto de Nação”.